



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

ATA N.º 25

MANDATO 2021/2025

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 – Votação para o candidato a Membro da Comissão Executiva Metropolitana. -----

2 - Intervenção do público; -----

3 - Período antes da ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA -----

1 – Aprovação da ata n.º 24 de 19.12.2023. -----

2 – DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

2.1 - Proposta de alteração da Estratégia Local de Habitação; -----

2.2 - Proposta de 3.ª alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e 1.ª alteração ao mapa de pessoal para 2024; -----

2.3 - 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2024 (inclusão do saldo de gerência transitado); -----

2.4 - Contração de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 8.176.500,00€ (oito milhões, cento e setenta e seis mil e quinhentos euros) para financiamento de investimentos diversos, ao abrigo do n.º 1 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual – Adjudicação; -----

2.5 - Concessão de Ocupação do Domínio Público para Instalação e Exploração Publicitária de Mobiliário Urbano no Município de Valongo. -----

3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo. -----

Estavam presentes trinta elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Ribeiro, os/as senhores/as vereadores/as Ana Maria Martins Rodrigues, Paulo Miguel da Silva Santos, Ivo Vale das Neves, Maria Manuela Moreira da Rocha, Maria Manuela da Silva Moreira Duarte, Paulo Jorge Esteves Ferreira e Maria João Esteves Magalhães. Verificou-se a substituição, ao abrigo do art.º 78º da Lei 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Alfredo da Costa Sousa, Carla Cristina Queirós Ferreira Marques, Daniel Filipe Alves Felgueiras e João Paulo Silveira Nunes tendo substituídos, respetivamente, por Daniela Filipa Moreira dos Santos, Pedro Miguel Fernandes Teixeira, Ana Isabel Loureiro Pereira e Manuel Fernando Almeida Ferreira Pinho. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Primeira Secretária da Assembleia, **Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, procedeu à chamada dos Membros da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação por escrutínio secreto o ponto 1 – Votação para o candidato a Membro da Comissão Executiva Metropolitana, tendo sido **aprovado por maioria** com 15 votos a favor e 11 votos em branco. -----
De seguida deu a palavra aos munícipes que pretendessem intervir. -----

O Munícipe, **Rui Pereira**, disse que em nome do Sporting Clube de Campo gostaria de expressar as suas preocupações e descontentamento da comunidade em relação ao tratamento desigual que têm observado por parte do Município, especialmente no que se refere ao estádio de Campo, António Jorge da Costa, do qual o Município é coproprietário. -----

Disse de seguida que ao doarem o património ao Município e à Freguesia de Campo tinham planos em conjunto para o futuro, incluindo projetos para o estádio ao longo do tempo, no entanto após sete anos esses objetivos não foram alcançados. -----

Destacam as diferenças de tratamento do Estádio António Jorge da Costa, em Campo, em comparação com os outros estádios do Município, as deficiências na iluminação que persistem desde a requalificação, problemas com a vedação, balneários, o sistema de regra que não funciona há quase um ano, a falta de acompanhamento em relação às queixas de ruído e a resposta aos problemas que esbarram sempre na palavra custos. -----

A recente decisão de atribuir um subsídio à União Desportiva Valonguense, com a finalidade de colocar um relvado sintético no Estádio do calvário, levanta questões sobre equidade e os riscos de beneficiar um clube que não cumpriu as suas obrigações com o Estado ao longo da última década, deixando prescrever uma boa parte dessa dívida. -----

Agora, são confrontados com os próximos investimentos do Município em que estão a pensar investir cerca de um milhão de euros na obra de requalificação do Pavilhão Municipal de Valongo. Quanto ao Estádio António Jorge da Costa o investimento deveria passar por criar conforto a quem assiste aos espetáculos desportivos, mas pelo que foi informado está orçamentado a construção de um balneário num terreno que nem é da Autarquia e não se sabe quando estará pronto. -----

Não querem prejudicar ninguém, mas sim defender os seus interesses e exigir igualdade de tratamento. -----

Este ano na atribuição dos certificados das escolas de futebol da Federação Portuguesa de Futebol a Autarquia não se fez representar por ninguém, o que consideram um desrespeito pelo trabalho deles que realizaram dia a dia. -----

Assim, questionava se o Campo Municipal de Alfena desde a sua existência mudou de proprietário, se sim, para quem, com que finalidade e quem ficou beneficiado ou prejudicado. -----

Disse de seguida que o Clube recebe um apoio de cerca de 10 euros por ano no âmbito do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, solicitou um adiantamento de 3.500 euros para pagar as inscrições na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Associação de Futebol do Porto, sendo esse dinheiro atribuído pelo Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo como é possível que seja faturado à Câmara Municipal quando na realidade foram eles que pagaram a despesa. -----

Assim, solicitava uma revisão das decisões do Município para garantir a justiça e equidade para todos. -----

Terminou informando que iniciava o processo de demissão como Presidente do Sporting Clube de Campo. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse ter sido confrontado com questões para as quais não se encontra preparado para responder e posteriormente responderá por escrito. -----

Relativamente à União Desportiva Valonguense foram confrontados com um problema complexo que resultou de um Estádio Municipal com problemas gravíssimos de falta de estabilidade tendo sido a sua utilização interdita por falta de condições de segurança. Ao interditar a utilização do Estádio Municipal encontraram uma solução, que entenderam ser a mais adequada e acessível para o Município, de dar um apoio para instalar um relvado. -----

Naturalmente não pensaram se iria agradar aos outros clubes ou não, foram eleitos para resolver os problemas, têm o máximo de respeito por todos os clubes designadamente o Sporting Clube de Campo, com que fizeram uma parceria e onde têm sido feitas intervenções. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, concedeu a palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir. -----

O Presidente da Junta de Freguesia de Ermesinde, **Miguel António Pereira de Oliveira**, disse que Ermesinde está a ser confrontado um número crescente de sem abrigo, situação que se tem arrastado há algum tempo, situação à qual o Presidente da Câmara tem tido atenção nas inúmeras conversas que têm tido. -----

Na última segunda-feira de manhã dois sem abrigo que pernoitam, com regularidade, em frente à Igreja Matriz de Ermesinde foram hospitalizados, tendo um deles sido alvo de intervenção cirúrgica, e outro terá fugido do hospital acabando por pernoitar nas arcadas próximo do Quartel dos Bombeiros. -----

Disse de seguida que não há uma solução fácil, não é um problema exclusivo do Concelho ou da freguesia de Ermesinde, estima-se que existam cerca de 10 mil pessoas em condição de sem abrigo em Portugal, no concelho o número elevado de pessoas na condição de sem abrigo preocupa-o, estando disponível para colaborar naquilo que será a necessidade de encontrar respostas e soluções de forma a minorar a situação. -----

A Membro do Grupo Municipal do PS, **Catarina Maria Moreira das Neves Lobo**, apresentou a seguinte **Moção**:
Moção – De repúdio pelas declarações do sr. Presidente da Câmara do Porto -----

Nos últimos dias foram tornadas públicas, em vários órgãos de comunicação social, declarações do Sr. Presidente da Câmara do Porto que confirmam insultos e um desrespeito institucional pelo Presidente da Câmara Municipal de Valongo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De facto, essas afirmações acerca da posição de Valongo sobre factos concretos como o financiamento das obras no Coliseu do Porto e a construção da Academia do Futebol do Porto configuram uma visão e uma atitude de pretensa superioridade do município do Porto relativamente ao município de Valongo absolutamente inaceitável. -----

Olhando para os factos, ninguém questiona a importância de um equipamento cultural como o Coliseu do Porto nem a necessidade da Associação de Futebol do Porto de construir uma Academia. O que está em causa é o facto de nunca ter sido discutido, e por isso não estar claro, o que são equipamentos metropolitanos e o que são equipamentos municipais. O que está em causa é partir do princípio hegemónico de que o facto de estarem situados na cidade do Porto faz deles equipamentos metropolitanos. O que está em causa são os procedimentos utilizados para comprometer todos os municípios com avultados financiamentos sem que este debate tenha sido feito. -----

O que está ainda em causa é que nenhum cidadão ou nenhuma cidadã de Valongo compreenderia que o seu município, consciente das necessidades existentes no seu território, nas vias, nas escolas, também nos equipamentos desportivos, abdicasse de centenas de milhares de euros para financiar equipamentos situados em outro município sem que houvesse um critério claro, definido, válido para o presente, mas também para o futuro. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária a 29 de fevereiro em 2024, repudia as declarações insultuosas do Sr. Presidente da Câmara municipal do Porto relativamente ao Presidente da Câmara Municipal de Valongo, às quais subjaz uma atitude inaceitável de sobrançeria, superioridade e arrogância relativamente ao concelho de Valongo. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, disse que nas últimas semanas têm visto alguma polémica entre o Presidente da Câmara Municipal de Valongo e o Presidente da Câmara Municipal do Porto relativamente às posições que o Município de Valongo tem tomado no que respeita a investimentos na Área metropolitana do Porto. -----

Nesse sentido gostaria de saber quais os motivos que levou o Presidente da Câmara Municipal de Valongo a tomar as posições que tomou, nomeadamente sobre a contribuição financeira residual para investimentos na Área Metropolitana do Porto. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, fez os seguintes requerimentos: -----

Requerimento Associação de Municípios Corredor do Rio Leça -----

A Associação de Municípios Corredor do Rio Leça surgiu em 2021, e agrega os Municípios de Valongo, Santo Tirso, Maia e Matosinhos, com o objetivo primordial de despoluir, recuperar e reabilitar o Rio Leça. Todos concordamos que foi um passo essencial para a reabilitação do rio Leça, com a melhoria da qualidade da água e a preservação do património natural e da biodiversidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Valongo, assumiu no passado mês a presidência da Comissão Executiva da Associação de Municípios Corredor do Rio Leça, sabendo que não será em 4 anos que se resolvem todos os problemas do Rio Leça, pretendemos requerer que sejam dadas informações sobre as ações de fundo que foram tomadas para a despoluição deste curso de água que tem uma extensão de cerca de 8km no concelho e que em tempos proporcionava excelentes locais de fruição à população. -----

Requerimento Parque das Serras do Porto -----

No final do ano de 2023, José Manuel Ribeiro, presidente da Câmara Municipal de Valongo, assumiu a presidência do Parque das Serras do Porto. -----

Este projeto apelidado por inovador e ambicioso está a ser traçado, desde 2014, pelos municípios de Valongo, Paredes e Gondomar. -----

Pretendemos requerer que nos seja dada informação sobre quais as principais ações que estão previstas. -----

E quais as ações realizadas nestes 10 anos de constituição do projeto. -----

Disse de seguida que gostaria de falar de um outro assunto, a CDU recebeu a resposta, na passada segunda-feira, a um requerimento, que fez em setembro, sobre a habitação no Concelho, apesar de se dizer que Valongo é muito transparente, o que é certo é que estão na Assembleia onde têm um papel principal em verificar a transparência e ficam condicionados quando a Câmara demora meses a responder aos requerimentos colocados. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, apresentou as seguintes **Moções**: ---

Moção - A importância do 8 de março e o voto nos direitos das mulheres -----

Foi com 25 de Abril de 1974 que em Portugal a data de 8 de março começou a ganhar notoriedade e importância. As mulheres foram das primeiras a mobilizar-se para alcançar direitos básicos - à habitação, a um salário digno e ao trabalho com direitos, à maternidade, às creches para os filhos - embora durante muitos anos as reivindicações mais especificamente de igualdade entre mulheres e homens, ou as reivindicações por uma sociedade sem discriminações e sem violência tivessem sido relegadas para um segundo plano. Mas ao longo dos anos, fruto do papel das organizações de direitos das mulheres, foram sendo colocadas na agenda política novas causas como a paridade na vida pública, o direito à interrupção voluntária da gravidez, o reconhecimento da violência doméstica como crime público ou a desocultação do assédio sexual e moral, uma forma generalizada de violência e discriminação baseada no género. -----

A sociedade portuguesa evolui na consciencialização de que os direitos das mulheres são direitos humanos e de que o exercício desses direitos é parte integrante do progresso da humanidade. Foi o esforço coletivo das organizações que permitiu esses avanços, com a certeza de que muito há a conquistar e nada está adquirido definitivamente. -----

50 anos depois de abril, o conservadorismo aparece de forma subtil, com propostas que atacam com as políticas públicas para a igualdade de género, considerando-as um luxo e um sorvedouro de dinheiro, rejeitando o combate à violência contra as mulheres, confinando as mulheres a uma posição subalterna, retrato de um país



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

do antes do 25 de Abril. As mulheres e homens progressistas dizem NÃO a estas vozes do passado, aspiram ao progresso e rejeitam este conceito de conservadorismo bafiento. -----

Em vésperas de mais um 8 de março e de umas eleições de grande importância, mais uma vez a mobilização de toda a sociedade e das mulheres em particular, tal como aconteceu há 50 anos, é decisiva: mobilização na rua, mobilização para o voto, atenção às propostas das candidaturas relativamente a questões como o direito à habitação, o combate à violência doméstica, para uma escolha informada. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 29 de fevereiro na sua sessão ordinária: -----

1. Saudar o dia o Dia Internacional da Mulher como data decisiva no progresso da humanidade, no respeito pela igualdade e contra a discriminação de género; -----
2. Apelar à participação nas iniciativas em torno do 8 de março, nomeadamente as marchas feministas a realizar em muitas cidades do país, saudando todas as organizações e movimentos sociais que irão mostrar a vontade de continuar a lutar pela igualdade e não discriminação de género; -----
3. Apelar a uma grande participação de voto no próximo dia 10 de março nas forças políticas que respeitam a igualdade, os direitos das mulheres e a não discriminação de género. -----

Moção – Defender o aeroporto do Porto, combater o desprezo territorial pela região Norte -----

Os últimos números da ANAC (Autoridade Nacional da Aviação Civil) referentes a 2023 continuam a evidenciar desqualificação do Aeroporto do Porto, em resultado das escolhas políticas da ANA/Vinci como gestora privada dos aeroportos nacionais e das administrações da TAP. -----

O Aeroporto do Porto é a infraestrutura aeroportuária melhor equipada de todo o noroeste peninsular após investimentos públicos de mais de 500 milhões de euros. Mas todo o seu potencial foi colocado ao serviço da atividade comercial da Vinci e das companhias aéreas de “baixo-custo” que dominam todo o funcionamento aeroportuário. E para a TAP o aeroporto do Porto passou a ser uma espécie de apeadeiro, um angariador de passageiros para partidas de Lisboa. -----

Um dos dados mais salientes da ANAC é a significativa diminuição de passageiros transportados a partir do Porto pela TAP e outras companhias aéreas de bandeira. Em poucos anos, a quota da TAP passou de 35% de passageiros para apenas 11% em 2023. Agora, 4 companhias de “baixo-custo” (Ryanair 37%, EasyJet 15%, Transavia 6% ou a Vueling 3%) detêm a maior quota de passageiros (61%), quase seis vezes mais que os transportados pela TAP. E para além da ANA/Vinci ter tido decidido enormes subidas das taxas aeroportuárias para as companhias de bandeira, mantém-se o subaproveitamento de equipamentos pagos por dinheiros públicos, como as mangas telescópicas para entrada e saída de passageiros de aviões e que não são utilizadas pelas companhias de “baixo-custo”. -----

No aeroporto de Lisboa a situação é completamente diferente. Com a retirada de voos intercontinentais do Aeroporto do Porto, a TAP representa 44% de passageiros e as 4 principais companhias de “baixo-custo” atingem no total apenas 25% do número de passageiros transportados. -----

O negócio aeroportuário orientado para obtenção de lucros rápidos, é hoje uma das principais manifestações da financeirização da economia. Fundos de pensões, fundos de investimento e empresas sem qualquer ligação à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

aviação civil, passam a ser os gestores de ocasião de todos os aeroportos portugueses e da Gatwick, Bruxelas ou Sidney. -----

O domínio do aeroporto do Porto pelo modelo de negócio de companhias de “baixo-custo”, orientado para voos de curta distância, está a escorraçar as companhias de bandeira e a limitar a conectividade do aeroporto do Porto às grandes cidades da Europa e do mundo, só possível com voos intercontinentais ou de longo curso. ----

Os aeroportos podem ajudar ao desenvolvimento dos territórios ou aprofundar assimetrias territoriais. Há que fazer escolhas. Os decisores políticos, a ANAC como entidade reguladora da aviação civil têm que assumir as suas responsabilidades na fixação das taxas aeroportuárias, na melhoria das condições de serviço e na orientação estratégica do transporte de passageiros. -----

Pelo exposto e tendo também em conta a atual discussão sobre o novo aeroporto de Lisboa, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em 29 de fevereiro de 2024, delibera: -----

Defender o aeroporto do Porto como principal infraestrutura aeroportuária do noroeste peninsular, diminuindo a influência exagerada das companhias de “baixo-custo” no funcionamento aeroportuário, reativando as ligações intercontinentais de longo curso e incentivando o regresso das companhias aéreas de bandeira. -----

Disse de seguida que os acidentes de trânsito são a principal causa de morte de crianças e jovens em todo o mundo e Portugal sem exceção, mais de 25% das mortes que ocorrem são pedestres e ciclistas que morrem nas estradas. -----

Em Portugal, como em todo o mundo, a colisão, o choque de dois ou mais veículos e o despiste são os típicos acidentes que mais mortes e feridos causam anualmente, as causas de acidente em Portugal são várias desde o excesso de velocidade, condução sobre o efeito de álcool, o uso de telemóvel, falta de manutenção dos veículos e as condições degradadas das vias de comunicação. -----

Por um lado é inequívoco que estão reunidas as condições para que haja, quase natural, desleixo na manutenção dos veículos automóveis, a crise social e económica que se vai instalando na sociedade associada à necessidade do uso de viaturas particulares para as deslocações para o trabalho leva a que se adie algumas despesas, sendo o principal adiamento a manutenção das viaturas automóveis, aumentando o perigo de acidente. -----

A Autarquia tem uma responsabilidade acrescida, pois o péssimo estado em que se encontram as vias de comunicação contribui para deteriorar as condições de segurança dos automóveis, bem como, também, tem impacto no meio ambiente. Estradas esburacadas levam a travagens bruscas e acelerações repentinas aumentando a poluição. -----

As empresas com as péssimas estradas para além dos gastos maiores resultantes de transporte acrescenta as reclamações dos estragos das cargas transportadas, para além de maior tempo necessário para cada entrega, sendo custos acrescidos. -----

Valongo é um concelho pequeno em área, mas de grande densidade populacional, principalmente na freguesia de Ermesinde malha urbana da freguesia de Alfena e freguesia de Valongo, sendo que as estradas se encontram em muito mau estado de conservação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Assim, o BE entende que a Câmara Municipal de Valongo tem a obrigação de fazer mais pelos seus munícipes, não só pelas grandes obras, mas também aquelas obras que melhora o dia-a-dia das populações, como a renovação do piso das estradas. -----

De seguida questionou se o Executivo tem noção do real estado de conservação das estradas, se estão previstas obras de manutenção ao nível do asfalto de um modo geral na maioria das estradas do Município, bem como quais as obras que estão previstas. -----

O Membro do Grupo Municipal do PAN, **Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro**, fez o seguinte Voto de Pesar: ---

Voto de Pesar – Pela morte de Alexei Navalny -----

O percurso Alexei Navalny desde que regressou à Rússia, representa o de muitos outros mártires anónimos que ousaram opor-se à tirania do regime presidido por Vladimir Putin. -----

O regime não hesita eliminar quem se lhe opõem, não se coibindo de utilizar as mais perversas formas de perseguição e tentativas de silenciamento, tanto dentro como fora das fronteiras russas, em locais como a cadeia conhecida por Lobo Polar. -----

A liberdade de expressão atualmente é uma miragem do atual regime russo, cujas ambições expansionistas anseiam por subjugar outros povos, utilizando os mesmos modos repressivos, que sem subtilezas, incluem o desaparecimento físico daqueles que se lhe opõem. Primeiro a Rússia e a Bielorrússia, hoje partes da Ucrânia e amanhã outros poderão seguir-lhe o mesmo caminho. -----

Independentemente de se concordar ou não com as opções ou ideias políticas de Navalny, nenhum ser humano deve sofrer tal barbaridade a que foi sujeito, somente por não ter a mesma opinião de quem ocupa a cadeira do poder. -----

De Navalny, fica para a história o seu regresso como messiânico, ao seu país, mesmo sabendo que isso provavelmente lhe custaria a vida. Talvez fosse esse o seu propósito, o seu desígnio, a sua forma de inspirar gerações futuras. -----

Desejamos que a sua morte não seja em vão e que este martírio seja a semente da qual um dia nascerá a liberdade na Rússia. -----

Nós que no próximo dia 25 de abril celebramos 50 anos do fim da ditadura, louvamos o gesto da Embaixadora de Portugal em Moscovo, que depositou um conjunto de cravos vermelhos na Pedra de Solovetsk, um memorial que recorda as vítimas da repressão política na Rússia. -----

Que das sementes semeadas por Navalny nasçam também cravos na Rússia. -----

Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 29 de fevereiro de 2024, delibere: -----

Realizar um minuto de silêncio pela morte de Alexei Navalny, símbolo de resistência e liberdade contra regimes políticos, autocráticos, estendendo este voto de pesar também a todos os prisioneiros políticos do regime russo.

De seguida apresentou as seguintes **Moções**: -----

Moção – Corredor do Rio Ferreira -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No meio das serras do Porto, uma das grandes marcas de Valongo, encontramos o Rio Ferreira. Este rio que nasce em Paços de Ferreira, passa pelas nossas freguesias de Sobrado, Campo e Valongo, num percurso que percorre quatro municípios, que inclui também Paredes e Gondomar. A manifestação da população que reside nas zonas próximas ao rio tem sido audível nos últimos anos, reclamando melhor qualidade de água e proteção de biodiversidade. -----

Os problemas da ETAR de Arreigada, elevam os níveis de poluição da água, prejudicando todo o percurso jusante. Com isto, os parques de lazer e o habitat das nossas serras foram prejudicados. -----

É neste cenário que a colaboração entre os municípios por onde o rio passa é essencial de modo a se efetuar um trabalho conjunto de melhoria das condições do rio e preservação da sua beleza, e biodiversidade. -----

Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão ordinária de 29 de fevereiro de 2024, delibere ao abrigo do disposto da alínea c), do n.º 1 do art.º 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, aprovar uma moção no sentido: -----

1. Criar à Associação de Municípios do Corredor do Rio Ferreira em conjunto com Paços de Ferreira, Paredes e Gondomar; -----
2. Alocar recursos humanos, tais como Guarda-Rios, para a monitorização e conservação do rio; -----
3. Identificar e disponibilizar para o público a biodiversidade existente no rio; -----
4. Monitorizar qualidade da água ao longo do percurso do rio e disponibilizar ao público os seus resultados; -----
5. Tornar público as análises da água tratada provenientes das ETAR da Arreigada e Campo; -----
6. Efetuar limpezas regulares dos resíduos presentes no rio e nas suas margens; -----
7. Eliminar vegetação exótica invasora e plantar espécies autóctones; -----
8. Requalificar os moinhos e o património edificado presente nas margens do rio, de forma a apoiarem os trabalhos de preservação; -----
9. Dar prioridade à requalificação dos caminhos terrestres históricos existentes ao longo do percurso do rio, de modo a valorizar a cultura agrária e incentivar à frequência desses caminhos pelos seus visitantes. -----

Moção – Dignidade para os utilizadores de transportes públicos -----

Valongo está atualmente a experienciar elevados movimentos de automóveis, levando à existência de trânsito constante um pouco por todas as freguesias do Concelho. A dependência do automóvel é cada vez mais elevada, tornando-se meio preferencial de mobilidade. Para a redução do trânsito automóvel, uma das principais medidas é a utilização de transportes públicos. -----

Ora, no estado atual de infraestruturas e serviços de transportes públicos, agravados pela operação da UNIR, o incentivo para que os nossos munícipes optem por não utilizar automóvel pessoal é baixo. Um munícipe que opte pela utilização do autocarro, tem de enfrentar as intempéries meteorológicas no percurso para uma paragem, e em muitos casos, na própria paragem onde aguarda pelo autocarro. -----

Observa-se em muitas paragens no nosso Concelho, a inexistência de coberto que proteja os utilizadores da chuva, do vento e do sol. Há falta de informação dos horários dos autocarros, falta de recetáculos para a deposição de resíduos e mobiliário urbano inadequado para o conforto de quem aguarda no local. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Para quem tem mobilidade reduzida, as dificuldades são acrescidas, pela falta de construção de passeios e rampas de acesso. Para atravessarem a rua, muitas das vezes têm de passar em zonas sem passadeira, nem delimitações ao trânsito automóvel. Os perigos de atropelamento aumentam em condições que dificultam a visão aos automobilistas, por exemplo durante a noite, nascer e pôr-do-sol e presença de nevoeiro. -----

O Grupo Municipal do PAN está ao lado dos utilizadores de transportes públicos e das pessoas que querem contribuir para menor poluição e stress no nosso município. Deste modo propomos que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua Sessão Ordinária de 29 de fevereiro de 2024, delibere ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, aprovar uma moção no sentido de: -----

1. Instalar e construir infraestruturas para todas as paragens de autocarro no Concelho, para a proteção de pessoas quanto a fenómenos meteorológicos; -----
2. Deslocalizar as paragens de autocarro para zonas próximas onde seja permitido criar via para a paragem do autocarro e construção de passeios e rampas de acesso; -----
3. Afixar os horários dos autocarros em formato de papel ou utilizando preferencialmente painéis digitais, adaptando às necessidades dos cidadãos amblíopes e daltónicos; -----
4. Substituir as atuais papeleiras e instalar recipientes de resíduos de pequenas dimensões com diferenciação de plástico/metal/papel/cartão, vidro e indiferenciados; -----
5. Construir ou aplicar bancos para que se aumente o conforto dos passageiros e se incentive a socialização; ---
6. Criar passadeiras em todos os locais de paragens de autocarros, com limitadores de velocidade dos automóveis; -----
7. Iluminar corretamente as paragens e os acessos envolventes; -----
8. Instalar casas públicas nas paragens com maior frequência. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, apresentou uma **Moção**: -----

Moção - De Solidariedade com o Presidente da Câmara de Valongo e com o Vereador Paulo Esteves Ferreira -----

Na passada 3.ª feira, todos tomamos conhecimento da acusação formalizada pelo Ministério Público sobre o Sr. Presidente da Câmara de Valongo e sobre o Sr. Vereador Paulo Esteves Ferreira, tendo por base atos tomados pelos próprios, no exercício das suas funções, na defesa da segurança da qualidade de vida, do ambiente e da saúde dos habitantes de Sobrado. -----

Importa desde já clarificar o que se deseja, quer e anseia que a justiça atue a seu tempo, que o Sr. Presidente da Câmara de Valongo e o Sr. Vereador, Paulo Esteves Ferreira, possam exercer os seus direitos, com imperativo legal e sublinhado da presunção de inocência que a todos os envolvidos na justiça penal é conseguido e que aqui deve ser afirmado. -----

Mais importa aqui relembrar que o que está subjacente a toda esta situação é a defesa do interesse público, a defesa dos munícipes de Sobrado e verdadeiramente do concelho de Valongo, que transversalmente foi e é defendido por todas as forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Estamos no tempo da justiça, mas também estamos no momento de assumir a devida solidariedade para com os visados. -----

Estamos no tempo de continuar a salvaguardar, como esta Assembleia sempre o fez, os interesses dos nossos concidadãos de Sobrado. -----

Assumir a solidariedade com os nossos autarcas é assumir a nossa confiança na sua atuação na defesa dos interesses dos Sobradenses. -----

Assumir a solidariedade é afirmar, olhos nos olhos, a todos e entre todos, que todos continuaremos a defender Sobrado, pois como autarcas é para isso que fomos eleitos. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária a 29 de fevereiro de 2024, delibera aprovar uma moção de solidariedade para com Presidente da Câmara de Valongo e para com o Vereador Paulo Esteves Ferreira. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que relativamente à questão dos sem abrigo, estão a falar de um problema que afeta sobre tudo o núcleo central da Área Metropolitana do Porto, sendo importante perceber que o problema surgiu depois do início da descentralização de competências na área social. -----

No Concelho, felizmente, não existe grande expressão de sem-abrigo, estando identificadas cerca de 30 pessoas, que estão a ser acompanhadas. -----

O Estado nos últimos anos foi apoiando, contribuindo através da Segurança Social o apoio que dava às instituições, IPSS e outras, grande parte dessas pessoas são dependentes de álcool, dependências ligadas à droga, casos muito difíceis, o Estado ao longo dos anos na cidade do Porto foi conseguindo ou construindo através da Segurança Social ou apoiando instituições a criar diferentes respostas para essas pessoas, que se concentravam na cidade do Porto. -----

O problema nasce aquando da transferência de competências na área social, o Município do Porto entendeu vedar o acesso dos sem-abrigo com residência declarada em outros concelhos, vedando o acesso aos equipamentos. -----

Houve uma reunião onde teve oportunidade de dizer ao representante do Município do Porto que se tivessem conversado teriam assumido os custos de cada um dos sem-abrigo, mas nunca perguntaram,, nem a eles nem a nenhum concelho à volta, foi uma decisão tomada. -----

Os concelhos não estavam dotados dessas respostas, as técnicas sociais estão permanentemente em contacto e tentam arranjar habitação. -----

As respostas sociais existem e estão abertas na cidade do Porto, simplesmente estão vedadas a quem é de Valongo, Gondomar, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, criando um problema a esses municípios, há dias foram identificados cerca de meia centena no Aeroporto Francisco Sá Carneiro. -----

Estão em vias de tomar uma decisão, foram identificados dois parceiros, duas IPSS na cidade de Ermesinde, uma das IPSS está disponível para colaborar, mas isso implica investimento, para terem um espaço onde possam dormir, tomar banho, ter o mínimo de dignidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Relativamente à intervenção da Membro Sónia Sousa reconhece que houve atraso no envio da resposta, no entanto trata-se de questões que já foram sendo respondidas em Assembleia Municipais. -----

Quanto à Associação do Corredor do Rio Leça e a Associação do Parque das Serras do Porto, das quais é Presidente, são dois processos muito positivos. -----

No Corredor do Rio Leça, através de técnicas de engenharia estão a tentar recuperar as margens, estando a ser trabalhada uma candidatura para uma melhoria das ETAR para que haja uma melhoria da qualidade de água. --

Relativamente às Serras do Porto ganharam um Life, uma linha de financiamento europeia que raramente chega a Portugal de 3 a 4 milhões. -----

Sobre a questão da conservação das estradas e os acidentes de trânsito, têm a noção do real estado das estradas, têm vindo a fazer intervenções, algumas pequenas, mas importantes, têm um Plano de Segurança Rodoviária que tem uma componente de plano de ação, o plano de mobilidade escolar. -----

A utilização do transporte público está em curso com o novo sistema da UNIR, com novas linhas que foram desenhadas em colaboração com as juntas de freguesia. -----

Relativamente à questão do Coliseu e da Associação de Futebol do Porto, quanto ao Coliseu votaram favoravelmente e deram um apoio de 5 mil euros. Não está em causa o respeito que merece o Coliseu, mas trata-se de um equipamento cultural que impacta exclusivamente a cidade do Porto e os seus turistas, aquilo que sempre defendeu dentro da Área Metropolitana do Porto é de que aquele equipamento deveria ser do Município do Porto. -----

Andaram dois meses a dizer que não havia uma votação formal, as pessoas achavam que era uma excentricidade do Presidente da Câmara de Valongo, dois meses depois deram-lhe razão, não houve uma votação formal. -----

Sobre a Academia de Futebol, na Área Metropolitana do Porto, Valongo votou favoravelmente mas sem qualquer comparticipação financeira, apresentou uma declaração de voto sustentada na visão negativa europeia da construção de equipamentos desportivos onde disse que: passaram mais de 20 anos desde a construção dos 10 Estádios de futebol para o Euro 2004, importante competição que nos encheu de orgulho, mas que em contrapartida levou a União Europeia a considerar negativo o apoio a novos investimentos em infraestruturas desportivas, independentemente de serem ou não ligadas ao futebol, decisão muito negativa para o desporto em geral pois o mundo do desporto não se resume, felizmente, ao futebol. As Câmaras Municipais, as associações desportivas desde então nunca mais conseguiram financiamento europeu para novas infraestruturas desportivas, o que foi inviabilizando muitos investimentos locais tão necessários ao desenvolvimento desportivo nacional e local". O autarca justifica ainda que "não são nada claros os motivos que levam a tentar defender que o novo equipamento desportivo da Associação de Futebol do Distrito do Porto, um desporto que move milhões, possa ser considerado de interesse metropolitano. -----

O acordo de parceria, Portugal 20/30, acordo que o Estado Português fez com a União Europeia para fundos europeus e, conseqüentemente, o programa operacional Norte, que é o programa específico e que para a região do norte, continuam a não considerar o financiamento para a construção de novas infraestruturas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

desportivas, como decorre da leitura do acordo da parceria, contemplam apenas intervenções no domínio da requalificação e modernização de equipamentos desportivos para reforço da coesão social. -----

O investimento em novas infraestruturas desportivas continua a constituir prioridade negativa dos fundos europeus pelo que não são nada claros os motivos que levam a defender que o novo equipamento desportivo da Associação de Futebol do Distrito do Porto, um desporto que move milhões, possa ser considerado de interesse metropolitano. -----

Valongo faz parte da AMP com muito orgulho, estão lá por direito próprio, não é por favor nenhum, estão porque a lei determina que são metropolitanos, sempre deram provas de espírito metropolitano, são o único Município que sempre participou em todas as reuniões do concelho metropolitano, somos o único a desbloquear o PART 2021, o PART 2021 foi desbloqueado pelo município de Valongo, aceitando um critério profundamente injusto para o município de Valongo, se não votassem a favor tinha sido bloqueado, viabilizaram pagando o dobro e foram um dos municípios mais prejudicados na repartição dos fundos europeus. -----

São dos poucos, dos poucos municípios que cederam verbas europeias municipais para todas as ações promovidas para Área Metropolitana do Porto, a AMP lançou um conjunto de projetos e Valongo foi dos poucos que cedeu dinheiro, portanto, não nos venham dar lições ao município de Valongo não confundindo solidariedade metropolitana com submissão metropolitana. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à consideração da assembleia continuar os trabalhos no Período Pós Ordem do Dia que foi aceite por unanimidade. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 1 – Aprovação da ata n.º 24 de 19.12.2023, não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade** pelos presentes na referida reunião. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.1 - Proposta de alteração da Estratégia Local de Habitação. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que considerando o aumento de fogos de 805 para 1125, referindo que está de acordo com as necessidades diagnosticadas, porém na resposta enviada pela Câmara ao seu requerimento menciona que se encontram 600 famílias em lista de espera, o aumento previsto é de 439 fogos, pelo que gostaria de ser esclarecida. -----

O Membro do Grupo Municipal do BE, **Fernando Manuel Costa Barbosa**, disse saudar a proposta, o que não quer dizer que concordam com todo o plano, mas registaram o aumento do número de fogos incorporados na Estratégia Local de Habitação, passando de 805 para 1125. -----

Disse de seguida que apesar do número de fogos continua a ficar aquém das necessidades, continua a pecar por defeito, não acautelando a notória tendência de aumento das necessidades de habitação motivadas pela crise económica e pela especulação imobiliária, sendo a forma mais eficaz de combate à especulação imobiliária a oferta de habitação pública. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

De seguida chamou à atenção para os prazos de utilização das verbas ao abrigo do primeiro Direito e PRR, alertando para o facto do Executivo Municipal continuar à velocidade que tem conduzido a Estratégia Local de Habitação até à data pouco adiantará a alteração para mais fogos. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o edificado para o Primeiro Direito obedece a um processo de candidatura, tendo transmitido às equipas que não quer fazer os empreendimentos fora da malha urbana, o que dificulta o processo, espera executar todo o programa até 2026. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.1 - Proposta de alteração da Estratégia Local de Habitação, tendo sido **aprovado por maioria** 21 votos a favor, 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS-PP e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.2 - Proposta de 3.ª alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e 1.ª alteração ao mapa de pessoal para 2024. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que quando o Presidente da Câmara ganhou, pela primeira vez, as eleições disse que iam simplificar, diminuir, tornar mais leve a estrutura, no entanto tem vindo a ficar maior e mais pesada. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que foi sensível ao argumento da equipa que abrange o serviço de higiene e das infraestruturas da necessidade de criar duas Unidades. -----

Têm uma equipa muito forte a implementar uma nova filosofia de recolha de resíduos fazendo sentido a criação de um dirigente, de forma a melhorar o serviço. -----

Aproveitaram, também, para criar uma Unidade ligada à manutenção de infraestruturas, trata-se de uma área muito importante a manutenção dos espaços. -----

Disse de seguida que quando entrou na Câmara existiam 600 funcionários, tinham menos áreas, hoje têm quase 1500 funcionários, a educação trouxe centenas de funcionários, bem como com a transferência de competências têm mais áreas de atuação. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.2 - Proposta de 3.ª alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais e 1.ª alteração ao mapa de pessoal para 2024, sendo **aprovado por maioria** com 19 votos a favor, 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS-PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.3 - 1ª Revisão do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2024 (inclusão do saldo de gerência transitado), não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por maioria**, com 18 votos a favor, 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Grupo Municipal do CDS-PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE, 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN. -----

Seguidamente colocou à discussão o ponto 2.4 - Contração de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 8.176.500,00€ (oito milhões, cento e setenta e seis mil e quinhentos euros) para financiamento de investimentos diversos, ao abrigo do n.º 1 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual – Adjudicação. -----

A Presidente da Junta de Freguesia de Valongo, **Cláudia Maria Andrade Gonçalves Lima**, disse que no processo de desenvolvimento local é necessário investir e muitas vezes recorrer a empréstimos. -----

Como Presidente da Junta de Freguesia de Valongo concorda com alguns investimentos feitos na cidade de Valongo, nomeadamente a Escola do Valado que tem problemas estruturais graves, a requalificação do pavilhão. -----

No entanto gostaria de manifestar o seu desagrado com alguns investimentos, que não considera prioritários, como o da Avenida Emídio Navarro pois trata-se de uma das melhores vias da cidade de Valongo e considera um pouco exagerado um investimento de 700 mil euros, quando existem necessidades mais urgentes em outras vias como A Rua das Olaias, Avenida 5 de Outubro, Avenida dos Desportos Com a Rua Mário Cal Brandão, a Avenida Oliveira Zina, Rua da passagem, entre outras. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse o motivo da escolha da Avenida Emídio Navarro tem a ver que quando avançaram com o compromisso de fazer um novo equipamento para albergar os serviços municipais, a Casa da Democracia Local, abdicaram de um parque de estacionamento para cerca de 100 carros, sendo necessário fazer um reperfilamento da Avenida, criação de cerca de 100 lugares de estacionamento que deixaram de existir. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto 2.4 - Contração de um empréstimo de médio e longo prazo, até ao montante de 8.176.500,00€ (oito milhões, cento e setenta e seis mil e quinhentos euros) para financiamento de investimentos diversos, ao abrigo do n.º 1 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual – Adjudicação, tendo sido **aprovado por maioria**, com 18 votos a favor, 6 abstenções do Grupo Municipal do PPD/PSD, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS-PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU, 1 abstenção do Grupo Municipal do BE, 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA e 1 abstenção do Grupo Municipal do PAN. -----

De seguida colocou à discussão o ponto 2.5 - Concessão de Ocupação do Domínio Público para Instalação e Exploração Publicitária de Mobiliário Urbano no Município de Valongo, não se tendo verificado intervenções do colocado á votação e **aprovado por maioria** com 19 votos a favor, 6 votos contra do Grupo Municipal do PPD/PSD, 1 voto contra do Grupo Municipal do PAN, 2 abstenções do Grupo Municipal do CDS-PP, 1 abstenção do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do CHEGA. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Colocou de seguida à apreciação o ponto 3 - Apreciar a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, não se tendo verificado intervenções. -----

Seguidamente iniciou o Período Pós Ordem do Dia colocando à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PS: -----

Moção - De Solidariedade com o Presidente da Câmara de Valongo e com o Vereador Paulo Esteves Ferreira -----

Na passada 3.ª feira, todos tomamos conhecimento da acusação formalizada pelo Ministério Público sobre o Sr. Presidente da Câmara de Valongo e sobre o Sr. Vereador Paulo Esteves Ferreira, tendo por base atos tomados pelos próprios, no exercício das suas funções, na defesa da segurança da qualidade de vida, do ambiente e da saúde dos habitantes de Sobrado. -----

Importa desde já clarificar o que se deseja, quer e anseia que a justiça atue a seu tempo, que o Sr. Presidente da Câmara de Valongo e o Sr. Vereador, Paulo Esteves Ferreira, possam exercer os seus direitos, com imperativo legal e sublinhado da presunção de inocência que a todos os envolvidos na justiça penal é conseguido e que aqui deve ser afirmado. -----

Mais importa aqui lembrar que o que está subjacente a toda esta situação é a defesa do interesse público, a defesa dos munícipes de Sobrado e verdadeiramente do concelho de Valongo, que transversalmente foi e é defendido por todas as forças políticas com assento nesta Assembleia Municipal. -----

Estamos no tempo da justiça, mas também estamos no momento de assumir a devida solidariedade para com os visados. -----

Estamos no tempo de continuar a salvaguardar, como esta Assembleia sempre o fez, os interesses dos nossos concidadãos de Sobrado. -----

Assumir a solidariedade com os nossos autarcas é assumir a nossa confiança na sua atuação na defesa dos interesses dos Sobradenses. -----

Assumir a solidariedade é afirmar, olhos nos olhos, a todos e entre todos, que todos continuaremos a defender Sobrado, pois como autarcas é para isso que fomos eleitos. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária a 29 de fevereiro de 2024, delibera aprovar uma moção de solidariedade para com Presidente da Câmara de Valongo e para com o Vereador Paulo Esteves Ferreira. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que na reunião da Conferência de representantes já tinha manifestado solidariedade para com o Presidente da Câmara e o Vereador Paulo Esteves Ferreira. -----

O Grupo Municipal Nós Cidadãos a atitude que foi tomada pelo Presidente da Câmara e o Vereador Paulo Esteves Ferreira não como uma bandeira deles, mas sim uma bandeira do Concelho, atitude que foi tomada pelos dois na luta pelo encerramento do aterro, que foi transversal a todas as forças políticas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que têm algumas dúvidas quanto à votação, pois caso votem contra vai parecer que estão a favor do aterro e contra o que o presidente da Câmara fez. Se votarem a favor estão a votar o Moção que de alguma forma está a criticar o poder judicial, o qual deve ser respeitado. -----

À política o que é da política, ao poder judicial o que é do poder judicial, imiscuir os dois poderes pode dar mal resultado. -----

O Presidente de Câmara e o Vereador Paulo Esteves Ferreira são arguidos, não são condenados, após condenação terem uma Moção de solidariedade seria mais correto. -----

O Membro do Grupo Municipal do PS, **Hugo Jorge da Rocha Padilha**, disse que o segundo parágrafo da Moção menciona – importa desde já clarificar que se deseja, quer e anseia que a justiça atue no seu tempo, que o Presidente da Câmara de Valongo e o Vereador Paulo Esteves Ferreira, possam exercer os seus direitos, com o imperativo legal e sublinhado da presunção de inocência que a todos os envolvidos na justiça penal é concedido e aqui deve ser afirmado – não existe nenhuma mistura de poderes. -----

O ato praticado pelo Presidente da Câmara e o vereador Paulo Esteves Ferreira foi de defender o interesse dos sobradenses, atitude que agora está a ser julgada pela justiça, não existindo qualquer pressão em relação à justiça. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadãos, **João Carlos Santos Castro Paupério**, disse que a notícia que tem sido transmitida diz que a empresa foi lesada em um milhão de euros, devido ao impedimento ao acesso dos camiões, o que é mentira, o acesso sempre foi permitido só que pela autoestrada. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rogério Henrique Palhau**, disse que o Presidente da Câmara e os vereadores na defesa dos interesses dos munícipes fazerem tudo e mais alguma coisa, não podem estar de acordo. -----

O Presidente da Câmara e o Vereador Paulo Esteves Ferreira agiram instruídos e informados juridicamente, estão a partir do princípio de que o que fizeram está justificado juridicamente, mas isso será apreciado pelo Tribunal. -----

Politicamente o Presidente da Câmara terá feito aquilo que os serviços jurídicos lhe disseram que podia fazer para salvaguardar os interesses dos munícipes do Concelho. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a **Moção - De Solidariedade com o Presidente da Câmara de Valongo e com o Vereador Paulo Esteves Ferreira, aprovada por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PS: -----

Moção – De repúdio pelas declarações do sr. Presidente da Câmara do Porto -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Nos últimos dias foram tornadas públicas, em vários órgãos de comunicação social, declarações do Sr. Presidente da Câmara do Porto que confirmam insultos e um desrespeito institucional pelo Presidente da camara municipal de Valongo. -----

De facto, essas afirmações acerca da posição de Valongo sobre factos concretos como o financiamento das obras no Coliseu do Porto e a construção da Academia do Futebol do Porto configuram uma visão e uma atitude de pretensa superioridade do município do Porto relativamente ao município de Valongo absolutamente inaceitável. -----

Olhando para os factos, ninguém questiona a importância de um equipamento cultural como o Coliseu do Porto nem a necessidade da Associação de Futebol do Porto de construir uma Academia. O que está em causa é o facto de nunca ter sido discutido, e por isso não estar claro, o que são equipamentos metropolitanos e o que são equipamentos municipais. O que está em causa é partir do princípio hegemónico de que o facto de estarem situados na cidade do Porto faz deles equipamentos metropolitanos. O que está em causa são os procedimentos utilizados para comprometer todos os municípios com avultados financiamentos sem que este debate tenha sido feito. -----

O que está ainda em causa é que nenhum cidadão ou nenhuma cidadã de Valongo compreenderia que o seu município, consciente das necessidades existentes no seu território, nas vias, nas escolas, também nos equipamentos desportivos, abdicasse de centenas de milhares de euros para financiar equipamentos situados em outro município sem que houvesse um critério claro definido, válido para o presente, mas também para o futuro. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária a 29 de fevereiro em 2024, repudia as declarações insultuosas do Sr. Presidente da Câmara municipal do Porto relativamente ao Presidente da Câmara Municipal de Valongo, às quais subjaz uma atitude inaceitável de sobrançeria, superioridade e arrogância relativamente ao concelho de Valongo. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse concordarem com a posição final que Presidente da Câmara teve na AMP em que acabou por participar com uma pequena verba para as obras do Coliseu. -----

Assim, não seria mais proveitoso para os habitantes do Porto e de Valongo uma atitude mais construtiva em que os autarcas centrassem as suas energias para resolver os problemas das populações, por exemplo o Coliseu não serve só as pessoas da cidade do Porto, qualquer valonguense um dia já lá deve ter ido, aquele equipamento acaba por ser para uso da Área Metropolitana do Porto. -----

Seria mais proveitoso discutir quais os equipamentos que devem ser classificados como sendo da Área Metropolitana do Porto, que servem a população em geral, em vez das trocas em jornais que servem para atizar a fogueira, é uma guerra que não leva a lado nenhum. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o Município de Valongo está sempre disponível para colaborar, têm sido solidários naquilo em que devem ser solidários. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Em relação ao Coliseu os dezassete municípios receberam uma missiva em que o Coliseu os convidou para uma reunião, ou seja, vai haver uma reunião para verem como podem colaborar com o Coliseu. -----

Antes deste episódio a Área Metropolitana do Porto já eram sócios institucionais do Coliseu, não está em causa o acesso ao Coliseu, qualquer cidadão tem acesso, isso não está em causa. -----

Não tem nada contra o Presidente da Câmara do Porto, mas é Presidente da Câmara de Valongo e não abdica daquilo que é uma conquista muito grande, os municípios gozam do poder de autonomia financeira, portanto não aceita que um colega vá decidir o que fazer com o dinheiro dos valonguenses. -----

Quem criou o precedente não foi ele, não foi Valongo, foram todos, objeto de declarações pouco simpáticas, a determinada altura foi confrontado com uma declaração, num primeiro momento foi confrontado a sair da Área Metropolitana do Porto, meses antes o Presidente da Câmara do Porto questionou porque outros municípios estavam na Área Metropolitana do Porto, não começou o debate, tem cuidado com a forma como se dirige aos colegas, agora não se cala. -----

Depois foi confrontado com declarações de que o Município de Valongo é excêntrico, teve a oportunidade de dizer na reunião, e na declaração que fez, se vão discutir o que é excêntrico o Presidente da Câmara do Porto é o único Autarca excêntrico do país, pois fez com que o Município do Porto saísse da Associação Nacional de Municípios Portugueses, mas não agradece nem recusa os benefícios que o Município do Porto recebe da Associação Nacional de Municípios Portugueses. -----

A Membro do Grupo Municipal da CDU, **Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa**, disse que querem estar com os outros concelhos e participar, têm as Serras do Poro, os rios Leça e Ferreira, como disse fez bem em não ter ficado de fora da colaboração das obras do Coliseu, é pouco significativo, mas está lá com uma verba, na sua opinião seria mau ficar de fora. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que votaram favoravelmente e deram 5 mil euros, mas o impacto daquele equipamento fica na cidade do Porto, a cidade com maiores fundos comunitários, onde a taxa turística rende mais de 30 milhões de euros por ano, considera ridículo pedir aos outros municípios para pagar aquele equipamento. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a **Moção** – De repúdio pelas declarações do sr. Presidente da Câmara do Porto, sendo **aprovada por maioria** com 8 abstenções dos grupos municipais de PPD/PSD, CDS-PP e CHEGA. -----

O Membro do Grupo Municipal do PPD/PSD, **Rui Alexandre Sévola Abreu**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Senhor presidente, em primeiro lugar obrigado pelas explicações que deu desta matéria, apenas um reparo e já foi dito aqui que o Coliseu já deixou de ser há muito tempo um equipamento que é só do Porto, efetivamente fisicamente está no Porto, mas é um equipamento onde todos os municípios vão lá, portanto é um equipamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

da Área Metropolitana do Porto, é nesse sentido que o temos de o ver, porque se não era um equipamento onde só iam os munícipes do Porto ou os turistas que iam ao Porto, não é. -----

Em relação à moção, nós abstermos, principalmente porque não nos queremos envolver em guerras que parecem ser de presidentes e mais parecem ser guerras pessoais e, portanto não nos queremos meter nessas confusões, no entanto, tenho de referir também que o tipo de declarações públicas não são aceitáveis como é obvio e devem os intervenientes obviamente sentarem e discutir os assuntos que tem a discutir, resolver as diferenças que é no diálogo ou em reunião que se resolvem estas coisas, obviamente este tipo de declarações não são aceitáveis." -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do BE: -----

Moção - A importância do 8 de março e o voto nos direitos das mulheres -----

Foi com 25 de Abril de 1974 que em Portugal a data de 8 de março começou a ganhar notoriedade e importância. As mulheres foram das primeiras a mobilizar-se para alcançar direitos básicos - à habitação, a um salário digno e ao trabalho com direitos, à maternidade, às creches para os filhos - embora durante muitos anos as reivindicações mais especificamente de igualdade entre mulheres e homens, ou as reivindicações por uma sociedade sem discriminações e sem violência tivessem sido relegadas para um segundo plano. Mas ao longo dos anos, fruto do papel das organizações de direitos das mulheres, foram sendo colocadas na agenda política novas causas como a paridade na vida pública, o direito à interrupção voluntária da gravidez, o reconhecimento da violência doméstica como crime público ou a desocultação do assédio sexual e moral, uma forma generalizada de violência e discriminação baseada no género. -----

A sociedade portuguesa evolui na consciencialização de que os direitos das mulheres são direitos humanos e de que o exercício desses direitos é parte integrante do progresso da humanidade. Foi o esforço coletivo das organizações que permitiu esses avanços, com a certeza de que muito há a conquistar e nada está adquirido definitivamente. -----

50 anos depois de abril, o conservadorismo aparece de forma subtil, com propostas que atacam com as políticas públicas para a igualdade de género, considerando-as um luxo e um sorvedouro de dinheiro, rejeitando o combate à violência contra as mulheres, confinando as mulheres a uma posição subalterna, retrato de um país do antes do 25 de Abril. As mulheres e homens progressistas dizem NÃO a estas vozes do passado, aspiram ao progresso e rejeitam este conceito de conservadorismo bafiento. -----

Em vésperas de mais um 8 de março e de umas eleições de grande importância, mais uma vez a mobilização de toda a sociedade e das mulheres em particular, tal como aconteceu há 50 anos, é decisiva: mobilização na rua, mobilização para o voto, atenção às propostas das candidaturas relativamente a questões como o direito à habitação, o combate à violência doméstica, para uma escolha informada. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em 29 de fevereiro na sua sessão ordinária: -----

1. Saudar o dia o Dia Internacional da Mulher como data decisiva no progresso da humanidade, no respeito pela igualdade e contra a discriminação de género; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

2. Apelar à participação nas iniciativas em torno do 8 de março, nomeadamente as marchas feministas a realizar em muitas cidades do país, saudando todas as organizações e movimentos sociais que irão mostrar a vontade de continuar a lutar pela igualdade e não discriminação de género; -----

3. Apelar a uma grande participação de voto no próximo dia 10 de março nas forças políticas que respeitam a igualdade, os direitos das mulheres e a não discriminação de género. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por maioria** com 2 abstenções dos grupos Municipais do CHEGA e do Nós Cidadãos. -----

O Membro do Grupo Municipal Nós Cidadão, João Carlos Santos Castro Paupério, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Embora concordando plenamente com a importância de 8 de março, e no voto do direito das mulheres, concordando plenamente saudar o Dia Internacional da Mulher, como data decisiva para o progresso da humanidade e pelo respeito da igualdade contra a discriminação de género, não nos podemos associar em apelar à participação das iniciativas em torno de 8 de março, nomeadamente nas marchas feministas, chamar uma marcha feminista a uma manifestação de mulheres é atitude e epitólio mais machista que pode haver. -----

Portanto o Nós Cidadãos não concorda com isto, apelar a uma grande participação de voto no próximo dia 10 de março nas forças políticas que respeitam a igualdade dos direitos das mulheres e a não discriminação de género, por lei qualquer uma destas atitudes é contra a Constituição, ou seja, não sei qual será o partido que não apoia estas, isto no fundo é campanha política não é por nenhum, porque senão seria apenas e aquilo que deveríamos fazer no dia 10 de março os portugueses vão votar seja quem partido for, tenho a certeza que nenhum deles vai por no seu programa qualquer atitude destas.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do BE: -----

Moção – Defender o aeroporto do Porto, combater o desprezo territorial pela região Norte -----

Os últimos números da ANAC (Autoridade Nacional da Aviação Civil) referentes a 2023 continuam a evidenciar desqualificação do Aeroporto do Porto, em resultado das escolhas políticas da ANA/Vinci como gestora privada dos aeroportos nacionais e das administrações da TAP. -----

O Aeroporto do Porto é a infraestrutura aeroportuária melhor equipada de todo o noroeste peninsular após investimentos públicos de mais de 500 milhões de euros. Mas todo o seu potencial foi colocado ao serviço da atividade comercial da Vinci e das companhias aéreas de “baixo-custo” que dominam todo o funcionamento aeroportuário. E para a TAP o aeroporto do Porto passou a ser uma espécie de apeadeiro, um angariador de passageiros para partidas de Lisboa. -----

Um dos dados mais salientes da ANAC é a significativa diminuição de passageiros transportados a partir do Porto pela TAP e outras companhias aéreas de bandeira. Em poucos anos, a quota da TAP passou de 35% de passageiros para apenas 11% em 2023. Agora, 4 companhias de “baixo-custo” (Ryanair 37%, EasyJet 15%, Transavia 6% ou a Vueling 3%) detêm a maior quota de passageiros (61%), quase seis vezes mais que os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

transportados pela TAP. E para além da ANA/Vinci ter tido decidido enormes subidas das taxas aeroportuárias para as companhias de bandeira, mantém-se o subaproveitamento de equipamentos pagos por dinheiros públicos, como as mangas telescópicas para entrada e saída de passageiros de aviões e que não são utilizadas pelas companhias de “baixo-custo”. -----

No aeroporto de Lisboa a situação é completamente diferente. Com a retirada de voos intercontinentais do Aeroporto do Porto, a TAP representa 44% de passageiros e as 4 principais companhias de “baixo-custo” atingem no total apenas 25% do número de passageiros transportados. -----

O negócio aeroportuário orientado para obtenção de lucros rápidos, é hoje uma das principais manifestações da financeirização da economia. Fundos de pensões, fundos de investimento e empresas sem qualquer ligação à aviação civil, passam a ser os gestores de ocasião de todos os aeroportos portugueses e da Gatwick, Bruxelas ou Sidney. -----

O domínio do aeroporto do Porto pelo modelo de negócio de companhias de “baixo-custo”, orientado para voos de curta distância, está a escorraçar as companhias de bandeira e a limitar a conectividade do aeroporto do Porto às grandes cidades da Europa e do mundo, só possível com voos intercontinentais ou de longo curso. ----

Os aeroportos podem ajudar ao desenvolvimento dos territórios ou aprofundar assimetrias territoriais. Há que fazer escolhas. Os decisores políticos, a ANAC como entidade reguladora da aviação civil têm que assumir as suas responsabilidades na fixação das taxas aeroportuárias, na melhoria das condições de serviço e na orientação estratégica do transporte de passageiros. -----

Pelo exposto e tendo também em conta a atual discussão sobre o novo aeroporto de Lisboa, a Assembleia Municipal de Valongo reunida em 29 de fevereiro de 2024, delibera: -----

Defender o aeroporto do Porto como principal infraestrutura aeroportuária do noroeste peninsular, diminuindo a influência exagerada das companhias de “baixo-custo” no funcionamento aeroportuário, reativando as ligações intercontinentais de longo curso e incentivando o regresso das companhias aéreas de bandeira. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por maioria** com 4 votos a favor dos grupos municipais da CDU, BE, PAN e Nós Cidadãos, 1 voto contra do Grupo Municipal do CDS-PP, 24 abstenções dos grupos municipais do PS, PPD/PSD e CHEGA. -----

O Membro do Grupo Municipal do CDS/PP, **Tiago Ferreira da Silva Moreira Dionísio**, fez a seguinte **Declaração de Voto**: -----

“Vim justificar o voto contra do CDS, não pelo facto de defender o aeroporto do Porto ou promover o aeroporto do Porto ou valorizar o aeroporto do Porto, achamos muito bem essa situação, o que nós não podemos defender é monopólios, porque dizendo a outras empresas que não podem atuar no livre mercado e podem ser mais competitivas e mais eficientes é valorizar e promover o monopólio é coisa que o CDS é contra.” -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PAN: -----

Moção – Corredor do Rio Ferreira -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

No meio das serras do Porto, uma das grandes marcas de Valongo, encontramos o Rio Ferreira. Este rio que nasce em Paços de Ferreira, passa pelas nossas freguesias de Sobrado, Campo e Valongo, num percurso que percorre quatro municípios, que inclui também Paredes e Gondomar. A manifestação da população que reside nas zonas próximas ao rio tem sido audível nos últimos anos, reclamando melhor qualidade de água e proteção de biodiversidade. -----

Os problemas da ETAR de Arreigada, elevam os níveis de poluição da água, prejudicando todo o percurso jusante. Com isto, os parques de lazer e o habitat das nossas serras foram prejudicados. -----

É neste cenário que a colaboração entre os municípios por onde o rio passa é essencial de modo a se efetuar um trabalho conjunto de melhoria das condições do rio e preservação, da sua beleza, e biodiversidade. -----

Face ao exposto, vem o Grupo Municipal do PAN propor que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua sessão ordinária de 29 de fevereiro de 2024, delibere ao abrigo do disposto da alínea c), do n.º 1 do art.º 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, aprovar uma moção no sentido: -----

1. Criar à Associação de Municípios do Corredor do Rio Ferreira em conjunto com Paços de Ferreira, Paredes e Gondomar; -----
2. Alocar recursos humanos, tais como Guarda-Rios, para a monitorização e conservação do rio; -----
3. Identificar e disponibilizar para o público a biodiversidade existente no rio; -----
4. Monitorizar qualidade da água ao longo do percurso do rio e disponibilizar ao público os seus resultados; -----
5. Tornar público as análises da água tratada provenientes das ETAR da Arreigada e Campo; -----
6. Efetuar limpezas regulares dos resíduos presentes no rio e nas suas margens; -----
7. Eliminar vegetação exótica invasora e plantar espécies autóctones; -----
8. Requalificar os moinhos e o património edificado presente nas margens do rio, de forma apoiarem os trabalhos de preservação; -----
9. Dar prioridade à requalificação dos caminhos terrestres históricos existentes ao longo do percurso do rio, de modo a valorizar a cultura agrária e incentivar à frequência desses caminhos pelos seus visitantes. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **aprovada por unanimidade**. -----

De seguida colocou à discussão a **Moção** apresentada pelo Grupo Municipal do PAN: -----

Moção – Dignidade para os utilizadores de transportes públicos -----

Valongo está atualmente a experienciar elevados movimentos de automóveis, levando à existência de trânsito constante um pouco por todas as freguesias do Concelho. A dependência do automóvel é cada vez mais elevada, tornando-se meio preferencial de mobilidade. Para a redução do trânsito automóvel, uma das principais medidas é a utilização de transportes públicos. -----

Ora, no estado atual de infraestruturas e serviços de transportes públicos, agravados pela operação da UNIR, o incentivo para que os nossos munícipes optem por não utilizar automóvel pessoal é baixo. Um munícipe que opte pela utilização do autocarro, tem de enfrentar as intempéries meteorológicas no percurso para uma paragem, e em muitos casos, na própria paragem onde aguarda pelo autocarro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Observa-se em muitas paragens no nosso Concelho, a inexistência de coberto que proteja os utilizadores da chuva, do vento e do sol. Há falta de informação dos horários dos autocarros, falta de recetáculos para a deposição de resíduos e mobiliário urbano inadequado para o conforto de quem aguarda no local. -----

Para quem tem mobilidade reduzida, as dificuldades são acrescidas, pela falta de construção de passeios e rampas de acesso. Para atravessarem a rua, muitas das vezes têm de passar em zonas sem passadeira, nem delimitações ao trânsito automóvel. Os perigos de atropelamento aumentam em condições que dificultam a visão aos automobilistas, por exemplo durante a noite, nascer e pôr-do-sol e presença de nevoeiro. -----

O Grupo Municipal do PAN está ao lado dos utilizadores de transportes públicos e das pessoas que querem contribuir para menor poluição e stress no nosso município. Deste modo propomos que a Assembleia Municipal de Valongo, na sua Sessão Ordinária de 29 de fevereiro de 2024, delibere ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 1 do art.º 53.º do Regimento da Assembleia Municipal de Valongo, aprovar uma moção no sentido de: -----

1. Instalar e construir infraestruturas para todas as paragens de autocarro no Concelho, para a proteção de pessoas quanto a fenómenos meteorológicos; -----
2. Deslocalizar as paragens de autocarro para zonas próximas onde seja permitido criar via para a paragem do autocarro e construção de passeios e rampas de acesso; -----
3. Afixar os horários dos autocarros em formato de papel ou utilizando preferencialmente painéis digitais, adaptando às necessidades dos cidadãos amblíopes e daltónicos; -----
4. Substituir as atuais papeleiras e instalar recetáculos de resíduos de pequenas dimensões com diferenciação de plástico/metal/papel/cartão, vidro e indiferenciados; -----
5. Construir ou aplicar bancos para que se aumente o conforto dos passageiros e se incentive a socialização; ---
6. Criar passadeiras em todos os locais de paragens de autocarros, com limitadores de velocidade dos automóveis; -----
7. Iluminar corretamente as paragens e os acessos envolventes; -----
8. Instalar casas públicas nas paragens com maior frequência. -----

Não se tendo verificado intervenções foi colocada à votação e **reprovada por maioria** com 17 votos contra do Grupo Municipal do PS e dos Presidentes das Juntas de Freguesia e 12 votos a favor dos grupos municipais do PPD/PSD, CDS-PP, CDU; BE, CHEGA, PAN e Nós Cidadãos. -----

De seguida colocou à discussão a **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Municipal do PAN: -----

Voto de Pesar – Pela morte de Alexei Navalny -----

O percurso Alexei Navalny desde que regressou à Rússia, representa o de muitos outros mártires anónimos que ousaram opor-se à tirania do regime presidido por Vladimir Putin. -----

O regime não hesita eliminar quem se lhe opõem, não se coibindo de utilizar as mais perversas formas de perseguição e tentativas de silenciamento, tanto dentro como fora das fronteiras russas, em locais como a cadeia conhecida por Lobo Polar. -----

A liberdade de expressão atualmente é uma miragem do atual regime russo, cujas ambições expansionistas anseiam por subjugar outros povos, utilizando os mesmos modos repressivos, que sem subtilezas, incluem o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

desaparecimento físico daqueles que se lhe opõem. Primeiro a Rússia e a Bielorrússia, hoje partes da Ucrânia e amanhã outros poderão seguir-lhe o mesmo caminho. -----

Independentemente de se concordar ou não com as opções ou ideias políticas de Navalny, nenhum ser humano deve sofrer tal barbaridade a que foi sujeito, somente por não ter a mesma opinião de quem ocupa a cadeira do poder. -----

De Navalny, fica para a história o seu regresso como messiânico, ao seu país, mesmo sabendo que isso provavelmente lhe custaria a vida. Talvez fosse esse o seu propósito, o seu desígnio, a sua forma de inspirar gerações futuras. -----

Desejamos que a sua morte não seja em vão e que este martírio seja a semente da qual um dia nascerá a liberdade na Rússia. -----

Nós que no próximo dia 25 de abril celebramos 50 anos do fim da ditadura, louvamos o gesto da Embaixadora de Portugal em Moscovo, que depositou um conjunto de cravos vermelhos na Pedra de Solovetsk, um memorial que recorda as vítimas da repressão política na Rússia. -----

Que das sementes semeadas por Navalny nasçam também cravos na Rússia. -----

Assim, o Grupo Municipal do PAN propõe que a Assembleia Municipal de Valongo, reunida em sessão ordinária no dia 29 de fevereiro de 2024, delibere: -----

Realizar um minuto de silêncio pela morte de Alexei Navalny, símbolo de resistência e liberdade contra regimes políticos, autocráticos, estendendo este voto de pesar também a todos os prisioneiros políticos do regime russo.

Não se tendo verificado intervenções foi colocado à votação e **aprovado por unanimidade**. Cumpru-se um minuto de silêncio. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, **Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação a aprovação as minutas dos pontos 1, 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5, sendo aprovado por **unanimidade**, dando de seguida por encerrada a reunião. -----

O Presidente: _____